

INTERESSADO : Alcindo José Batista.

ASSUNTO: Equivalência de estudos realizados em curso de aprendizagens de Escola SENAI.

RELATOR: Cons. João Baptista Salles da Silva.

PARECER Nº 692 /,75, CPG, Aprovado em 25 / 09 / 74

Com. ao Pleno.

e m 05 / 03 / 75 .

(Proc. Nº2053/74).

## I- RELATÓRIO

### 1-HISTÓRICO:

1.1- Alcindo José Batista, filho de Alcindo Batista e de dona Adélia V. Batista, nascido em Campinas (SP), a 05 de Março de 1950, domiciliado e residente na Rua Primo Modolim nº 21, em São Bernardo do Campo, tendo concluído o Curso de Aprendizagem Industrial na Escola SENAI "Roberto Mange", solicita pronunciamiento deste Conselho quanto ao nível em que poderá ser reconhecida equivalência desses estudos visando a prosseguí-los no ensino regular de 2º grau.

1.2- É o seguinte o histórico escolar do requerente:

1.2.1-Curso Primário, com 4(quatro) séries, no Grupo Escolar "Castorinha Cavalheiro" em Campinas.

1.2.2- Curso de Aprendizagem Industrial, com a duração de 4(quatro) "graus", especialidade Eletricista, na Escola SENAI "Roberto "Mange", de Campinas. Estudou: Português, Matemática, Ciências Físicas e Biológicas, Desenho, Ciências Aplicadas, Educação Física e Prática Profissional.

1.2.3- Em 30 de junho de 1967, recebeu o Certificado de Aprendizagem (conclusão de curso).

1.3- A documentação escolar está em ordem e atende às exigências da Resolução CEE-nº 19/65.

PROCESSO CEE- Nº2053/74

PARECER CEE-Nº 692 / 75

### 2. FUNDAMENTAÇÃO:

2.1 O Decreto-Lei Federal nº 937/69) alterando a redação do artigo 51 da Lei Federal nº 4024/61, permitiu aos concluintes dos cursos de aprendizagem o prosseguimento de estudos no ensino regular. Em seu Parágrafo Único, artigo 1º, assim dispõe o citado diploma legal.: "Os portadores de carta de ofício ou certificado de conclusão de curso de aprendizagem poderão matricular-se nos estabelecimentos de ensino médio, em série adequada ao grau de estudos que hajam atingido no curso referido".

2.2 A Lei Federal nº5692/71, pelo Parágrafo Único do artigo 27, mantém a mesma possibilidade: "Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos, quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes no ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas".

2.3 A Deliberação CEE-nº 14/73, ao fixar normas gerais para o ensino supletivo, em seu artigo 12, alínea "a", dispõe: "a) Cursos de Aprendizagem, de duração variável de um a quatro anos, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1º grau e em complementação a esse ensino, destinados exclusivamente a uma formação profissional ou incluindo disciplinas de Educação Geral e, neste caso, equivalentes a ensino regular, habilitando a prosseguimento de estudos na série ulterior, correspondente, do ensino regular" (o grifo é nosso). Na alínea "b", a mesma Deliberação explicita: "b) Cursos de Aprendizagem intensivos que, além da formação profissional, ministrem Educação Geral equivalente à das quatro últimas séries do ensino de 1º grau, restritos a concluintes da 4ª série desse grau de ensino". E, no Parágrafo Único do mencionado artigo 12: "Para que habilitem os concluintes ao prosseguimento de estudos a nível de 2º grau, os cursos previstos na alínea "b" deste artigo deverão ter, no mínimo, dois anos ou quatro semestres de duração e 2880 horas/aula e incluir atividades, áreas de estudos e disciplinas que os tornem equivalentes ao ensino regular." (o grifo é nosso).

2.4 O Parecer CEE-nº 720/73, acolhido pelo Pleno, aprovou o Regimento das Escolas SENAI e os planos de cursos de aprendizagem. Nestes, cada semestre corresponde a um "termo" com 100 dias letivos e, cada "termo", para fins de equivalência corresponde a uma "série" do ensino regular.

2.5- O antigo "grau" - denominação que o SENAI vinha adotando para cada semestre letivo- correspondia a um "termo" atual.

2.6- O requerente realizou curso de aprendizagem com a duração de 4 "graus" ou, com a denominação adotada nos planos de "cursos" aprovados pelo CEE, de 4 "termos", ou ainda, de 4 "séries". Cada grau teve a duração de 850 horas/aula, excedendo, portanto, ao mínimo previsto no Parágrafo Único do artigo 12, Deliberação CEE nº 14/73, isto é 720 horas (2880: 4 séries = 720/horas/aula, por série).

2.7- O elenco de matérias do currículo do curso que o interessado realizou e equivalente ao previsto pela Resolução CFE-nº 8/71.

2.8- Há vários, pareceres deste Conselho, favoráveis ao pedido de equivalência em cursos similares, já havendo, portanto, jurisprudência firmada a respeito.

#### II- CONCLUSÃO

À vista do que foi exposto, votamos no sentido de que este Conselho reconheça os estudos realizados por Alcindo José Batista no curso de aprendizagem ministrado na Escola SENAI "Roberto Mange", de Campinas, como equivalentes aos cumpridos na 8ª série, podendo, portanto, autorizar-se sua matrícula na 1ª série do ensino do 2º grau

Sem prejuízo para a continuidade de seus estudos, o interessado deverá submeter-se e ser aprovado em exames especiais de Geografia Geral, História Geral, Educação Moral e Cívica, (incluindo Organização Social e Política do Brasil), História do Brasil e Geografia do Brasil.

São Paulo, 20 de setembro de 1974

a) Cons. João B. Salles da Silva.

Relator.

#### III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE ENSINO DO PRIMEIRO GRAU, no ato de sua competência, deferida pela Deliberação de 09 de outubro de 1973, adota como seu Parecer, por deliberação de aprovada na sessão hoje realizada, a conclusão do "Voto do Nobre Conselheiro.

Presentes os Nobres Conselheiros: Eloysio Rodrigues da Silva, Henrique Gamba, João Baptista Salles da Silva, José Conceição Paixão, Maria da Imaculada Leme Monteiro, Maria de Lourdes Mariotto Haidar, e Rachel Gevertz.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1974.

a) Cons. João B. Salles da Silva.

Presidente em exercício.